

Sumário

Apresentação, xi

Prefácio, xv

O autor e sua obra, xvii

Do autor ao leitor, xxi

Capítulo I – Mandado de Segurança, 1

- 1 Introdução, 2
 - 1.1 Origem e evolução do mandado de segurança, 2
 - 1.2 O mandado de segurança nas Constituições brasileiras, 3
 - 1.3 Disciplina infraconstitucional do mandado de segurança, 4
- 2 Natureza jurídica, 6
 - 2.1 Ações constitucionais, 6
 - 2.2 Do mandado de segurança como ação constitucional típica de natureza cognitiva, 7
- 3 Os contornos do mandado de segurança na Constituição de 1988, 8
 - 3.1 Conceito e finalidade, 8
 - 3.2 Espécies, 9
 - 3.3 Cabimento, 11
 - 3.3.1 Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, 11
 - 3.3.2 Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, 13

- 3.3.3 Decisão judicial transitada em julgado, 17
 - 3.3.4 Ato disciplinar?, 18
- 4 Os requisitos do mandado de segurança, 19
 - 4.1 Ato de autoridade, 19
 - 4.1.1 Atos de gestão, 21
 - 4.1.2 Atos praticados por representantes ou órgãos de partidos políticos, 22
 - 4.1.3 Ato de titular de serviço notarial e de registro, 24
 - 4.2 Direito líquido e certo, 24
 - 4.3 Ilegalidade ou abuso de poder, 26
- 5 Aspectos processuais, 27
 - 5.1 Competência, 27
 - 5.2 Prazo para a impetração, 32
 - 5.3 Sujeitos processuais, 35
 - 5.3.1 Legitimação ativa, 35
 - 5.3.1.1 Legitimação ativa e pertinência temática para o mandado de segurança coletivo, 37
 - 5.3.1.2 Direitos coletivos tuteláveis via mandado de segurança coletivo, 41
 - 5.3.1.3 Limites subjetivos da coisa julgada no mandado de segurança coletivo, 43
 - 5.3.1.4 Representação e substituição processual no mandado de segurança coletivo, 43
 - 5.3.2 Legitimação passiva, 46
 - 5.3.3 Autoridade coatora, 49
 - 5.3.4 Litisconsórcio, 53
 - 5.3.5 A atuação do Ministério Público, 55
 - 5.4 Petição inicial, 58
 - 5.5 Informações: requisitos e natureza jurídica, 60
 - 5.6 Intervenção de terceiros, 62
 - 5.7 Liminar, 64
 - 5.8 Sentença e execução, 72
 - 5.9 Suspensão de segurança, 78
 - 5.10 Recursos e reexame necessário, 82

Questões de múltipla escolha, 91

Questões dissertativas, 95

Referências bibliográficas, 97



Capítulo II – Mandado de Injunção, 98

- 1 Introdução, 98
- 2 Espécies, 100
- 3 Controle da omissão inconstitucional, 101
- 4 Pressupostos constitucionais, 104
 - 4.1 Omissão inconstitucional, 105
 - 4.1.1 Mora legiferante: prazo razoável, 106
 - 4.2 Norma regulamentadora, 108
 - 4.3 Direitos tuteláveis por meio do mandado de injunção, 112
- 5 Autoaplicabilidade do mandado de injunção, 113
- 6 Aspectos processuais, 114
 - 6.1 Competência, 114
 - 6.2 Prazo para impetração, 115
 - 6.3 Sujeitos processuais, 116
 - 6.3.1 Legitimação ativa, 116
 - 6.3.2 Legitimidade passiva, 117
 - 6.3.3 Intervenção do Ministério Público, 118
 - 6.4 Procedimento, 119
 - 6.4.1 Perda do objeto, 121
 - 6.4.2 Decisão, 122
 - 6.4.3 Recursos, 126
 - 6.4.3.1 Agravo de instrumento, 126
 - 6.4.3.2 Apelação, 127
 - 6.4.3.3 Recurso ordinário, 127
 - 6.4.3.4 Recurso extraordinário e especial, 128
 - 6.4.3.5 Embargos infringentes, 128

Questões de múltipla escolha, 134

Referências bibliográficas, 136

Capítulo III – Ações de Controle de Constitucionalidade, 137

- 1 Breves considerações sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, 137
 - 1.1 O controle difuso de constitucionalidade – rápida digressão, 138
 - 1.2 Linhas gerais sobre o controle concentrado de constitucionalidade, 140
- 2 Objeto do controle concentrado de constitucionalidade, 141
- 3 Parâmetro, 144
- 4 Ações de controle de constitucionalidade: aspectos processuais comuns, 146
 - 4.1 Legitimação, 146

- 4.2 A vedação à intervenção de terceiros no processo objetivo e a figura do *amicus curiae*, 149
 - 4.3 Competência, 151
 - 4.4 Procedimento, 152
 - 4.5 Medida cautelar, 155
 - 4.6 Decisão de mérito, 157
 - 4.6.1 A coisa julgada, 158
 - 4.6.2 Efeitos da decisão de mérito, 159
 - 4.6.3 Técnicas de decisão, 161
 - 5 Ações constitucionais objetivas em espécie, 162
 - 5.1 Ação direta de inconstitucionalidade, 162
 - 5.2 Ação declaratória de constitucionalidade, 164
 - 5.3 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 165
- Questões de múltipla escolha*, 173
- Questões dissertativas*, 179
- Referências bibliográficas*, 180

Capítulo IV – *Habeas Data*, 181

- 1 Introdução, 181
- 2 Os contornos do *habeas data* na Constituição de 1988, 182
- 3 Disciplina infraconstitucional do *habeas data*, 183
- 4 Natureza jurídica, 183
- 5 Cabimento, 184
- 6 Aspectos processuais, 188
 - 6.1 Competência, 189
 - 6.2 Prazo para a impetração, 190
 - 6.3 Sujeitos processuais, 190
 - 6.4 Do prévio requerimento extrajudicial, 193
 - 6.5 Petição inicial, 195
 - 6.6 Informações, 197
 - 6.7 Liminar, 197
 - 6.8 Sentença e execução, 199
 - 6.9 Suspensão de segurança, 200
 - 6.10 Recursos, 200

Questões de múltipla escolha, 204

Referências bibliográficas, 207

Capítulo V – Ação Civil Pública, 208

- 1 Noções gerais, 208

- 2 Legitimidade, litisconsórcio e intervenção de terceiros, 211
- 3 Competência, 214
- 4 Procedimento, 216
- 5 Recursos cabíveis e outros meios de impugnação, 219
- 6 Coisa julgada, 221
- 7 Execução, 224
- 8 Sucumbência e litigância de má-fé, 225
- 9 Ação civil pública e controle de constitucionalidade, 225
- Questões de múltipla escolha*, 229
- Questões dissertativas*, 235
- Referências bibliográficas*, 237

Capítulo VI – Ação Popular, 238

- 1 Noções gerais, 238
- 2 Hipóteses de cabimento, 240
- 3 Legitimidade, litisconsórcio e intervenção de terceiros, 243
- 4 Competência, 247
- 5 Procedimento, 250
- 6 Recursos cabíveis e outros meios de impugnação, 255
- 7 Coisa julgada e ação rescisória, 257
- 8 Execução ou cumprimento da sentença, 257
- Questões de múltipla escolha*, 262
- Questão dissertativa*, 267
- Referências bibliográficas*, 268

Capítulo VII – Reclamação Constitucional, 269

- 1 Noções gerais, 269
- 2 Natureza jurídica, 270
- 3 Legitimidade, litisconsórcio e intervenção de terceiros, 275
- 4 Competência, 277
- 5 Hipóteses de cabimento, 277
 - 5.1 Reclamação para preservação da competência do STF ou do STJ, 277
 - 5.2 Reclamação para garantir a autoridade de decisão do STF ou do STJ, 279
- 6 Procedimento, 283
- 7 Recursos cabíveis e outros meios de impugnação, 284
- Questões de múltipla escolha*, 287
- Referências bibliográficas*, 289

Capítulo VIII – Ação de Improbidade Administrativa, 290

- 1 Aspectos de direito material, 290
- 2 Ação de improbidade administrativa e ação civil pública, 299
- 3 Legitimidade, litisconsórcio e intervenção de terceiros, 301
- 4 Competência, 303
- 5 Procedimento de improbidade administrativa, 306
 - 5.1 Procedimento administrativo, 306
 - 5.2 Procedimento judicial, 307
- 6 Recursos cabíveis, 310
- 7 Coisa julgada, 310
- 8 Prescrição, 311

Questões de múltipla escolha, 318

Questão dissertativa, 324

Referências bibliográficas, 325

Índice remissivo, 327